

(Tri)Vial III

1) Espírito Crítico - O PS é um partido democrático, dialogante, transparente, com se diria há uns tempos atrás "aberto à sociedade civil" ao contrário de outros que se remetem ao silêncio quando dentro dos próprios partidos se passa algo de anormal, denotando claramente (PSD e PCP) um comportamento "estalinizante" da actividade política, em todas as suas vertentes.

Por essa razão, e como entendo a JS como uma organização política crítica, que nunca deverá perder este seu pendor autónomo em relação às políticas seguidas pelo PS, e embora também muitas vezes não seja compreendido este "carácter muito próprio da JS", é nele que reside toda a força da Jota e será nele que nos distinguimos de outros, que, ou não têm força para o fazer, ou não têm cultura democrática para tal (refira-se a "força" da JS na questão da interrupção voluntária da gravidez).

Posto isto, tem que se dizer que qualquer estrutura que não apresente este tipo de comportamento crítico (note-se que crítico e não destrutivo) está "acomodada" e limita-se a ser uma "correia de transmissão" de tudo o que o Partido diz. Nunca entendi a JS nesse sentido e esse não é um comportamento da esquerda que nós defendemos. Isso não é irreverência jovem, isso não é defender a juventude, isso é sim, conservadorismo "puro e duro" e acomodação ao poder, felizmente que isso a nível nacional está longe de acontecer...

2) Quotas Para as Mulheres - O governo vai reintroduzir a discussão das quotas de mulheres na nova lei eleitoral por considerar que a representação do sexo feminino no parlamento português (13%) fica muito aquém do verificado ao nível da União Europeia (no parlamento europeu 27%). É de facto preocupante a reduzida participação das mulheres na actividade política em geral, facto que paulatinamente tem vindo a ser combatido (veja-se a política de "mainstreaming" da União Europeia, isto é a "igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas políticas e acções comunitárias), porém todos são unânimes em considerar que apesar de existirem muitos esforços no sentido de combate das desigualdades, as coisas no plano prático, têm evoluído demasiado lentamente (na União, o salário médio das mulheres continua a ser 20% mais baixo que o dos homens, estão mais sujeitas ao desemprego do que os homens, têm menos possibilidades de progressão na carreira, etc, etc).

No entanto, devo dizer, e perdoem-me as minhas queridas camaradas se se sentem afectadas com o que vou dizer, mas nunca concordei com quotas para o que quer que seja- são redutoras da capacidade das pessoas, impõem restrições no normal funcionamento dos processos e são, acima de tudo, medidas artificiais para o decorrer normal de qualquer processo, logo são inibidoras e poderão provocar distorções.

Se é certo, que no caso das mulheres a falta de participação na actividade política é, sem dúvida, motivada por factores de ordem social e mesmo cultural (mentalidades mais conservadoras), não é forçando esta entrada que as coisas se resolvem. Deve-se antes deixar que as pessoas, não homens nem mulheres, mas pessoas, se afirmem e obtenham um grau de participação/

influência/iniciativa que, felizmente, já estão bem patentes em muitas "pessoas do sexo feminino" nos diversos sectores profissionais (meios empresariais, ensino superior, Direito, etc).

Não é "quotizando" que se progride neste sector e até se poderá verificar um efeito pernicioso se, nalguns casos, não houver pessoas do sexo feminino para "preencher" as quotas. Isso poderá ser muito pior e apresenta uma visão algo distorcida do que deverá ser a participação das "pessoas do sexo feminino".

Aproveitava para saudar as duas queridas camaradas da JS (Ana Catarina e Mafalda Troncho) que incorporam agora o grupo parlamentar da JS e que, estou certo, darão a sua inestimável contribuição para o engrandecimento da JS e do PS.

3) O Referendo da Regionalização - O ano de 1998 será o ano da decisão sobre uma das reformas mais importantes do século para o nosso país - a criação de Regiões Administrativas. Será posto à consideração de todos os portugueses se o processo deverá ir para a frente, ou se continuaremos limitados a uma política regional excessivamente centralizada, desrespeitando os princípios de subsidiariedade e complementaridade e parceria previstos no antigo Tratado da União Europeia.

Deve-se dizer que a aqueles que afirmam que são contra "esta" regionalização (designadamente muitos autarcas e dirigentes nacionais do PSD) só têm um caminho a seguir : votar favoravelmente esta reforma, porque nem o PSD apresentou qualquer tipo de proposta de regionalização, nem, estou certo, irá apresentar, fruto do carácter incoerente da sua política ao longo do tempo.

Portanto se efectivamente são regionalistas convictos têm que se juntar forçosamente ao nosso lado da barricada. Se querem que o processo vá para a frente só há um caminho é o SIM, tudo o resto são subterfúgios e desculpas para terem o título (de regionalistas) mas não o serem efectivamente. Assim ou são a favor da Regionalização e fazem campanha e votam favoravelmente ou então não o são e claro por coerência e votam contra. Nisto só há dois caminhos. Cabe-lhes decidir em consciência, se vão atrás de lógicas partidárias ou de uma consciência individual própria que tantas vezes dizem ter.

É esta a oportunidade que tem de prová-lo ao povo português.

Esperemos que se dignifiquem, pois assim também darão maior dignidade ao país.

Aníbal Reis Costa

Ferreira do Alentejo